



Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

## XII ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UVA

### COMUNA URBANA: A EXPERIÊNCIA DO CAMPO NA (RE) CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

**Autor(es): João Pereira Oliveira Júnior<sup>1</sup>; Aldiva Sales Diniz<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) – MAG/UVA  
jpo@uol.com.br

<sup>2</sup>Pesquisadora e Professora Orientadora – Curso de Geografia – MAG/UVA  
aldivadiniz@gmail.com

**Resumo:** A proposta deste trabalho foi discutir a articulação entre a luta do campo e da cidade em prol da moradia digna. Teve como objetivo desenvolver estudos e pesquisas sobre o papel da Comuna Urbana, experiência ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a sua inserção no Movimento Social de Moradia. Tendo como objeto de estudo a Comuna 17 de Abril situado na periferia de Fortaleza. objeto de estudo a Comuna 17 de Abril situado na periferia de Fortaleza.

**Palavras-chave:** Comuna Urbana; Movimento Social; Moradia Digna

#### INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi discutir a articulação entre a luta do campo e da cidade em prol da moradia digna. Este trabalho teve como objetivo desenvolver estudos e pesquisas sobre o papel da Comuna Urbana, experiência ligada ao Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra (MST) e a sua influência no Movimento Social de Moradia. Tendo como objeto de estudo a Comuna 17 de Abril situado na periferia de Fortaleza. Quanto ao referencial teórico, vamos buscar autores da questão urbana e movimentos sociais, tais como: Henri Lefebvre, Manuel Castells e Maria da Glória Gohn. Também traremos autores que discutem o campo, tais como: João Pedro Stédile, Bernardo Mançano Fernandes e Aldiva Diniz.

Para dar conta do desafio deste trabalho fizemos inicialmente uma análise do cenário do universo dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados as lutas urbanas. Nos anos 60/70 os movimentos sociais urbanos vão (res)surgir nos, a partir das lutas reivindicativas, como respostas, ao mesmo tempo, de infraestrutura e serviços urbanos e a falta de liberdades democráticas, vivenciadas durante o regime militar no Brasil. Em Castells (1989) o movimento social urbano tinha na sua base as associações de vizinhos, comitês de usuários, organizações de consumidores, associações de donas de casa, grupos de mulheres, clubes juvenis, ... e tantas outras formas de reunião de atividade de expressão, que iam negando, praticamente dia a dia, o silêncio imposto pela repressão policial e a passividade que tem uma sociedade baseada na ausência de democracia (CASTELLS, 1989).

Nos anos 80, a temática da participação social como expressão das demandas dos movimentos sociais urbanos vai ganhar força como um ponto de pauta na agenda política das elites políticas, representando: de um lado, a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo; e de outro lado, a legitimidade das demandas apresentadas pelos movimentos sociais – novos ou velhos – e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos (GOHN,1997). A partir dos anos 90 até os dias atuais, a agenda dos movimentos sociais urbanos ganha novo contorno com a então recém aprovada Constituição Federal de 1988. Dois aspectos colaboraram para essa mudança: 1) foram eleitas, em algumas cidades, gestões com um perfil considerado progressista, mais identificado com os princípios da reforma urbana; 2) e boa parte dessas gestões municipais, as lideranças dos movimentos sociais foram absorvidas ao aparato governamental.

## **MATERIAL E MÉTODOS ou METODOLOGIA**

Adotamos a abordagem do método do materialismo histórico dialético para buscar entender o antagonismo da cidade e campo dentro do quadro de hegemonismo da

primeira. A partir daí buscamos identificar contradições e conflitos inerentes a este processo.

Este trabalho é fruto de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, na qual foram realizadas entrevistas a lideranças do movimento social e consultas em fontes secundárias complementadas com informações primárias além de levantamento bibliográfico sobre a temática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO OU PROBLEMATIZAÇÃO**

Com o processo de redemocratização do Brasil, na década de 80, Fortaleza como as demais grandes cidades brasileiras, vai vivenciar a retomada dos movimentos comunitários e de moradia que contribuíram desde a década de 60 para o surgimento do movimento nacional da reforma urbana pregando o direito a cidade através da participação popular no planejamento urbano, saneamento, mobilidade urbana e principalmente habitação de interesse social. Então nos anos 80 esta cidade assistiu a luta por melhorias urbanas e ocupações lideradas pela Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) ligada a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

No século XXI parte do movimento de moradia vão apresentar sinais de burocratização e institucionalização. O depoimento de Maicon Silva, uma das principais lideranças da COMUNA 17 de Abril, (colhido em entrevista), assinala que um número significativo de lideranças do movimento de moradia, em Fortaleza, foram cooptados pelo poder executivo municipal nas gestões de Lizianne Lins 2004 a 2008 e 2008 a 2012 atraídos por sua promessa (não cumprida) da instalação de Conselhos Populares.

Em Fortaleza segundo a Fundação João Pinheiro o déficit habitacional é de 160.000 famílias representando a quarta cidade em déficit no ranking nacional. É neste contexto que a Comuna 17 de abril vai surgir. Maicon nos relata que na madrugada do dia 15 de abril de 2010 quatrocentas famílias integrantes do: Movimentos do Conselhos Populares (MCP) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam o sitio São Jorge, no Bairro José Walter, em Fortaleza. O MCP, segundo relato de Maicon, surgiu em Fortaleza no final de 2004 reunindo trabalhadores e intelectuais e militantes dos movimentos sociais tendo como referência teórica-política a luta de classes. O MST luta pela reforma agrária e surgiu em janeiro de 1984. Em determinado

momento da sua caminhada entendeu que deveria estender a sua luta para a cidade reconhecendo que nesta, também, há conflitos pela posse e ocupação da terra e que a cidade é um espaço importante para reverberar a sua luta e conquistar aliança em favor da reforma agrária. Segundo Diniz (2009) na atualidade muitos trabalhadores rurais encontram-se vivendo em assentamentos rurais, no entanto muitos outros têm migrado para a cidade geralmente instalado na periferia. Nesse sentido o MST no exercício da sua aproximação com o urbano cria a Comuna Urbana.

Portanto entre os anos de 2010 a 2015 a Comuna 17 de abril foi conduzida pelo MST e MCP através do tripé: Organização interna com disciplina coletiva, Ocupação das Ruas denunciando a especulação imobiliária e déficit habitacional e a Articulação de uma rede de apoio político social através de diversos atores nas áreas acadêmicas, movimentos sociais, intelectuais, partidos e parlamentares progressistas.

Em 2015, segundo Maicon, surge o Condomínio Cidade Jardim com 1.200 apartamentos como resultado da luta por moradia digna e direito a cidade empreendida pela Comuna 17 de abril. No entanto, aquela altura a Comuna estava sofrendo alguns reveses. De um lado na relação interna do acampamento o MST/MCP perde terreno para o tráfico de drogas sendo necessário inclusive o deslocamento das suas principais lideranças que passaram a resistir de fora do acampamento tendo a Faculdade de Serviço Social da UECE como espaço de aglutinação e resistência. De outro lado, segundo ainda Maicon, o governo do estado passando por cima de acordos estabelecidos anteriormente vai usar o Condomínio Cidade Jardim como reserva técnica para abrigar as famílias desabrigadas pelas remoções das grandes obras resultantes da preparação da cidade para a COPA 2014. Isso não impediu que parte dos apartamentos fossem ocupados de forma acordada com o governo de estado por famílias originárias das lutas de implantação da Comuna 17 de abril.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora a idéia original da Comuna não tivesse prevalecido pelos motivos expostos nos capítulos acima devemos considerar relevante a pesquisa, estudo e análise da experiência sobre a Comuna Urbana na cidade de Fortaleza, pois esta gerou experiências inovadoras, quebras de paradigmas e uma nova relação entre campo e cidade na perspectiva dos movimentos sociais. Se constituindo esse trabalho numa breve contribuição para a discussão deste tema. Nesse sentido apontamos uma tendência

da unificação das lutas do campo e da cidade através dos laços de solidariedade e na perspectiva da emancipação social.

#### AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA;

Ao Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG;

Aos colegas do Laboratório de Geografia Agrária;

A minha Orientadora Aldiva Diniz.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DINIZ, Aldiva Sales. **TRILHANDO CAMINHOS. A resistência camponesa no Ceará em busca de sua libertação**. TESE-USP. São Paulo, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a Cidade**. Trad. De T. C. Neto. São Paulo: Ed. Documentos, 1969. 133p.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, João Pereira. O Desenvolvimento urbano sob o olhar da Administração Política: O papel do Conselho das Cidades da Bahia. **Revista de Administração Política**. Rio de Janeiro n. 1 v. 5, abr. 2012.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Fernando Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Abramo, 1999.